

**MARK FISHER E EDUCAÇÃO: REALISMO CAPITALISTA E REFORMAS
EMPRESARIAIS**

**MARK FISHER Y LA EDUCACIÓN: REALISMO CAPITALISTA Y REFORMAS
EMPRESARIALES**

**MARK FISHER AND EDUCATION: CAPITALIST REALISM AND CORPORATE
REFORMS**

DOI: <http://10.9771/gmed.v16i3.61967>

Vinícius Carluccio de Andrade¹

Rafael Vidotte Mativi²

Resumo: Este artigo objetiva mobilizar o arsenal teórico desenvolvido por Mark Fisher, filósofo e teórico cultural britânico que viveu de 1968 a 2017, para compreender as reformas empresariais na educação, com um viés crítico e a partir da luta de classes, em consonância com a Pedagogia Histórico-Crítica. Analisa-se e define-se, por conseguinte, o que é o realismo capitalista, nó central nos escritos fisherianos, embasando-se tanto em livros e em artigos do autor quanto em comentadores posteriores. Em seguida, após entender como se manifesta essa aceitação tipicamente relutante permeada por fatalismo e conformismo, discute-se como as reformas empresariais representam a privatização da educação, mercantilizada, sob aquilo que Fisher denominou de ontologia empresarial.

Palavras-chave: Mark Fisher. Realismo Capitalista. Reformas Empresariais. Neoliberalismo. Pedagogia Histórico-Crítica.

Resumen: Este artículo pretende movilizar el arsenal teórico desarrollado por Mark Fisher, filósofo y teórico cultural británico que vivió entre 1968 y 2017, para comprender las reformas empresariales en educación, con un sesgo crítico y desde la lucha de clases, en la línea de la Pedagogía-Crítica Histórica. Por ello, se analiza y define qué es el realismo capitalista, nodo central en los escritos de Fisher, basándose tanto en libros y artículos del autor como en comentaristas posteriores. Luego, después de comprender cómo se manifiesta esta aceptación típicamente renuente, permeada por el fatalismo y el conformismo, discutimos cómo las reformas empresariales representan la privatización de la educación, mercantilizada, bajo lo que Fisher llamó ontología empresarial.

Palabras clave: Mark Fisher. Capitalismo Realista. Reformas Empresariales. Neoliberalismo. Pedagogía Histórico-Crítica.

Abstract: This article aims to mobilize studies published by Mark Fisher, a British philosopher and cultural theorist who lived from 1968 to 2017, to understand corporate reforms in education. With a critical bias, this study is based on class struggle and Historical-Critical Pedagogy. Therefore, capitalist realism, a central node in Fisher's writings, is analyzed and defined by his books and later commentators. Then, after understanding how this typically reluctant acceptance permeated by fatalism and conformism manifests itself, the way in which corporate reforms represent the privatization of commodified education is discussed under what Fisher called business ontology.

Keywords: Mark Fisher. Capitalist realism. Corporate Reforms. Neoliberalism. Historical-Critical Pedagogy.

Introdução

Mark Fisher (1968-2017), filósofo e teórico cultural, criou e aprofundou um conceito imprescindível para a compreensão da atualidade: o realismo capitalista. Segundo o autor (Fisher, 2020a), o realismo capitalista materializa uma exaustão e uma esterilidade política que concerne à vitória da doutrina TINA (*there is no alternative*), tão forte com Margaret Thatcher. Sinteticamente, a doutrina TINA expõe que o capitalismo, do jeito que se apresenta, é a única alternativa possível e quaisquer outros caminhos não seriam viáveis. Mesmo que não seja perfeito, o capitalismo seria o único real, pois outros sistemas seriam, nessa linha, utopias. Antes de conceituar e definir o realismo capitalista em uma fase mais madura de suas reflexões, Fisher (1999), em sua tese de doutorado, fazia seu diagnóstico, embrião do realismo capitalista, a partir daquilo que chamava de “pós-modernismo” no capitalismo tardio. Por suas contribuições, Galvão (2023), ao se debruçar nos escritos de Fisher, classifica o pensamento fisheriano como crítica do presente, na esteira de um novo marxismo.

No Brasil, a obra desse “filósofo dos slogans” (Galvão, 2023, p. 25) não é tão difundida. Até o presente momento, apenas “*Capitalist Realism: Is There No Alternative?*” e “*Ghosts of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures*”, respectivamente “*Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*” e “*Fantasma da minha vida: escritos sobre depressão, assombrologia e futuros perdidos*”, foram traduzidos para o português pela editora Autonomia Literária. Entretanto, há muitos outros textos de Fisher, tanto em livros como em seu antigo blog, *k-punk*. Além disso, o próprio autor não se prendia a um número limitado de referências: de sua tese de doutorado, em 1999, até sua morte, em 2017, Fisher apresentou uma ampla gama de influências.

Galvão (2022, 2023) reforça que isso não é sinônimo de promiscuidade conceitual, deixando-se ser influenciado por toda e qualquer autoridade, mas um processo paciente na gênese dos conceitos. Dessa maneira, ainda que o presente trabalho foque no realismo capitalista, o conjunto da obra fisheriana pode ser dividida em múltiplas fases. Conforme a figura 1 (que delimita períodos, principais temáticas e principais autores citados por Fisher), Marques e Gonsalves (2020), por critérios epistemológicos e de atuação política, diferenciam quatro fases, e Galvão (2022, 2023), por critérios somente epistemológicos, três. Se, no começo, Fisher se restringia à crítica cultural, após constatar um problema - o realismo capitalista e a completa naturalização de suas consequências -, dedica-se, nos seus anos finais, àquilo que chamou de comunismo ácido.

Figura 1: Produção bibliográfica de Mark Fisher (1999-2017) e suas diferentes fases

Produção de Fisher (1999 - 2017)			
Divisão feita por Marques e Gonsalves (2020) Critérios epistemológicos e de atuação política			
Fase	Ano	Temas	Autores
1	2003 - 2005	Crítica cultural	Nick Land; Cybernetic Culture Research Unit (CCRU)
2	2005 - 2010	Pós-fordismo e conceituação intensa (realismo capitalista, ontologia empresarial, impotência reflexiva, stalinismo de mercado)	Jacques Lacan; Fredric Jameson
3	2010 - 2014	Ação política concreta e hegemonia	Antonio Gramsci
4	2014 - 2017	Comunismo ácido/libidinal (<i>acid communism</i>)	Herbert Marcuse

Divisão feita por Galvão (2022, 2023) Critérios epistemológicos			
Fase	Ano	Temas	Autores
Pós - modernismo	1999 - 2005	Materialismo gótico e crítica cultural	Gilles Deleuze; Félix Guattari; Jean Baudrillard; Cybernetic Culture Research Unit (CCRU)
Realismo capitalista	2005 - 2014	Realismo capitalista em termos fisherianos (como substituto do pós-modernismo)	David Harvey; Jacques Lacan; Slavoj Zizek
Hauntologia	2014 - 2017	Estratégias de superação e combate ao neoliberalismo	Sigmund Freud; Herbert Marcuse

Fonte: Galvão (2022, 2023); Marques e Gonsalves (2020). Elaborado pelos autores (2024).

Em suma, diante da proclamação de Fukuyama (1992) acerca do fim da história, Heron (2019) nota que o realismo capitalista é o aceite do neoliberalismo

³ enquanto fato inexorável da vida e, assim sendo, é o sucesso de um projeto de uma classe, a burguesia, que sepulta a esquerda, dita como ultrapassada (por, pelo menos a princípio, não se resignar com o que está dado). Nesse contexto, a “máxima densidade em *slogans*” (Marques; Gonsalves, 2020, p. 174) - nítida com conceitos-*slogans* (Galvão, 2023) - é uma proposição de Fisher para que suas conceituações não se tornem tão abstratas, mas, na verdade, se constituam como de fácil apreensão. O realismo capitalista é um conceito-*slogan*, pois, com duas palavras, dá a entender do que se trata. A essência é a seguinte:

Não está claro, de modo algum, que o público tenha alguma vez abraçado doutrinas neoliberais com muito entusiasmo - mas as pessoas foram persuadidas à ideia de que não há alternativa ao neoliberalismo. A aceitação (tipicamente relutante) deste estado de coisas é a marca do realismo capitalista. O neoliberalismo pode não ter tido sucesso em se fazer mais atrativo do que outros sistemas, mas conseguiu se vender como o único modo “realista” de governo. “Realismo”, nesse sentido, é uma conquista política; o neoliberalismo teve sucesso em impor um tipo de realidade modelado sobre práticas e premissas vindas do mundo dos negócios. O neoliberalismo consolidou o descrédito do socialismo estatal, assentando uma visão da história na qual se apropriava do futuro e relegava a esquerda à obsolescência (Fisher, 2020b, p. 143)⁴.

Isto posto, este artigo objetiva mobilizar o arsenal teórico desenvolvido por Fisher para compreender as reformas empresariais na educação, com um viés crítico e a partir da luta de classes, em consonância com a Pedagogia Histórico-Crítica (Saviani, 2013a). Parte-se da tese de que as reformas empresariais, manifestação do neoliberalismo nas escolas, cujo princípio é a disposição ideológica de “afirmar que o privado é melhor que o público” (Freitas, 2012, p. 387), são mais uma etapa em prol do aprofundamento do realismo capitalista, implicando no lento cancelamento do futuro e na destruição de alternativas. Com isso, é basilar assinalar que, se o realismo capitalista é um projeto de classe, as reformas empresariais também são um ataque da burguesia pela manutenção de seus privilégios, considerando que a educação não se faz à mercê da sociedade e apresenta intencionalidades opostas (Cunha, 2007; Saviani, 2008a, 2013a). Trata-se, portanto, de um texto inédito por seu caráter exploratório, levando em consideração as contribuições fisherianas para pensar as reformas empresariais.

Se o neoliberalismo é a “junção entre liberalismo econômico e autoritarismo social” (Freitas, 2018, p. 116), seus efeitos na escola são entendê-la como empresa/negócio. A educação é vista como serviço (e não como direito). O sistema de ensino público se metamorfoseia em um frenesi lucrativo (Freitas, 2012). Sob discurso de austeridade fiscal e de controle dos gastos públicos no Brasil, Piolli (2019) aponta como as reformas educacionais aparecem para transformar a educação em uma fonte de lucro. Como o objetivo final, em vez da criticidade do discente, passa a ser a formação (desigual e combinada) de força de trabalho (Piolli; Sala, 2020), primordialmente a-crítica, as alternativas são aparadas e canceladas antes mesmo de se concretizarem. Enquanto professor, Fisher (2020a) percebeu o mesmo movimento no Reino Unido. Obviamente, suas reflexões não podem, de maneira alguma, ser transpostas para o Brasil sem as devidas diferenças - visto que, se isso fosse feito, o princípio da formação socioespacial (Santos, 1977) seria frontalmente ferido -, mas o realismo capitalista é o mesmo.

Como “a educação é um ato político” (Saviani, 2013a, p. 26) e é indissociável da sociedade na qual está inserida, a neutralidade inexistente. A Pedagogia Histórico-Crítica reconhece a oposição entre proprietários dos meios de produção e detentores da força de trabalho (Jesus; Santos; Andrade, 2019) e se coloca a favor dos interesses da classe trabalhadora (Saviani, 2013a). Destarte, o ponto de partida deste trabalho é o materialismo histórico-dialético, reconhecendo como o marxismo aparece criticamente para pensar o campo da educação, e o novo marxismo de Mark Fisher manifesta-se com outros veios originais. Se a educação participa e está no interior da luta de classes, as reformas empresariais escancaram o neoliberalismo enquanto ofensiva de classe (Harvey, 2008) para restauração do poder da burguesia.

Com a finalidade de explicitar como a leitura fisheriana dialoga com a educação e, mais especificamente, com o avanço da noção da educação como serviço a ser comprado, o texto, além desta Introdução e das Considerações finais, divide-se em 1) “O realismo capitalista segundo Mark Fisher”, seção na qual são mobilizados contribuições e comentadores de Fisher para melhor compreender o que é esse nó central em sua obra; e 2) “Reformas e reformadores empresariais, a máxima do realismo capitalista na educação”, onde, a partir de bibliografias consolidadas, define-se o que são as reformas

empresariais e como Mark Fisher pode ser trazido à discussão para lê-las de outra forma, sem desconsiderar a Pedagogia Histórico-Crítica.

O realismo capitalista segundo Mark Fisher

Mark Fisher escreve sufocantemente sobre o mundo anglo-saxão. Em um dos poucos momentos em que olha para o Sul Global, destaca o golpe de 11 de setembro de 1973, no Chile, como início para a adoção do neoliberalismo sob a ditadura de Augusto Pinochet (Fisher, 2020a). Consequentemente, nota-se que o realismo capitalista ganha força diante de um cenário de crise permanente (Cesarino, 2022; Fisher, 2020a; Harvey, 2011; Santos, 2008). É frente ao “fracasso sistêmico do capitalismo” (Harvey, 2011, p. 119) que a globalização (sob a égide do neoliberalismo) se mostra como “único caminho histórico” (Santos, 2008, p. 36), resultando em determinada aceitação.

A crise é permanente e justificada pelo sistema ideológico: diante de uma desestabilização geral e generalizada, Cesarino (2022, p. 18, *itálico no original*) diz que “as crises de confiança na democracia, na ciência, na mídia profissional podem ser encaradas como sendo a *mesma* crise” e todas as esferas da vida são contaminadas pela lógica do mercado. Antes de prosseguir para o núcleo do conceito *per se*, um adendo é compulsório: ainda que Fisher (2020a) não traga tantas referências profundas sobre o componente ideológico - visto que sua escrita é primordialmente “livre”, como se estivesse compilando um blog -, a ideologia tem um papel central no fortalecimento do realismo capitalista. Aqui, Debord (1997)⁵ tem efeito.

Segundo o francês, a ideologia não é só um conjunto neutro de ideias. “A ideologia é a base do pensamento de uma sociedade de classes, no curso conflitante da história” (Debord, 1997, p. 137). Assim, a ideologia constitui-se como consciência deformada das realidades e, por consequência, exerce uma real ação deformante. A noção de possível deformação gerada pela ideologia é, indubitavelmente, um dos cerne do realismo capitalista: se todos repetem que não há alternativa (*there is no alternative*, a doutrina TINA), eventualmente grande parte da população assumirá que não há alternativa. Outros caminhos sempre existirão, mas essa “resignação fatalista” (Marques; Gonsalves, 2020, p. 179) afeta a maioria em um senso de esgotamento. Quando a ideologia se materializa, porque “o que a ideologia já era, a sociedade tornou-se” (Debord, 1997, p. 139), o realismo capitalista se robustece como uma camisa de força ideológica (Fisher, 2020c)⁶.

Para Galvão (2023), lendo o conjunto da obra de Fisher, a ideologia tem a função de mascarar e ocultar a realidade para facilitar a dominação. A ideologia é motriz de uma profecia autorrealizável, intrinsecamente ligada ao circuito retroalimentado que fecha sobre si mesmo (Cesarino, 2022; Sutherland, 2023). O momento de sua gênese, então, deve ser estudado: “o próprio conceito de realismo capitalista é uma tentativa dele em dar nome à sensação de infamiliar que decorre do fim das expectativas da era fordista e do Estado de bem-estar social” (Galvão, 2023, p. 153).

Para Fisher (2020a), é na mudança do fordismo para o pós-fordismo⁷, quando são criados consumidores em vez de cidadãos (Sutherland, 2023), que o realismo capitalista efetivamente vira o que

se entende por realismo capitalista. Em uma agressão radical à ideia de Estado (Harvey, 2011), o neoliberalismo é aplicado pós-ocaso do modelo fordista-keynesiano nos anos 1970 (Benko, 2002; Cesarino, 2022; Harvey, 1993). Em uma nova configuração econômica, Harvey (2008) assinala que os sindicatos tiveram suas ações restringidas e foram disciplinados, a propriedade privada fortificou-se enquanto pilar, o Estado de bem-estar social foi desmantelado, as desigualdades sociais se aprofundaram e o individualismo começou a reinar (segundo a tese de que não existe uma sociedade, mas apenas indivíduos, incessantemente repetida por Margaret Thatcher). Como o indivíduo se transformou no fundamento da vida político-econômica, o mundo neoliberal é darwiniano na medida em que é tratado como uma enorme batalha de “cada um por si”. Para a implantação de tais mudanças drásticas, o consentimento precisou ser fabricado. O conformismo à nova ordem social tem sua medula na materialização da ideologia.

Todavia, o neoliberalismo não foi uma implantação espontânea. O que Harvey (2008) entendeu é que o neoliberalismo vem em uma década de desemprego em ascensão e inflação acelerada (pelo menos nos países centrais). As elites estavam ameaçadas em 1970. Dessa forma - e essa é uma leitura apropriada por Fisher (2020a, 2020b) -, o neoliberalismo é uma ofensiva de classe. É, para a burguesia, um antídoto à ameaça à ordem social capitalista. O processo de aceitação dessa nova realidade, outrossim, é um projeto de precarização realizado de cima para baixo. O realismo capitalista é um projeto das elites que vem como um “movimento de classe determinado a restaurar seu poder” (Harvey, 2008, p. 73). O neoliberalismo - e, posteriormente, o realismo capitalista - se consolida em um momento de “clara ameaça *política* às elites econômicas e classes dirigentes em toda parte” (Harvey, 2008, p. 24, *italico no original*).

Enquanto ofensiva de classe, é um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas, rotulando qualquer alternativa como “utopismo teórico”. Isso contamina, em grande parte, até a oposição: fatalista e conformista, aceita e legítimas proposições básicas do neoliberalismo (Fisher, 2020a). A mercadorização (Fisher, 2020a) é um exemplo disso: as estatais são geridas com vistas ao mercado; a administração sofre toda uma reestruturação organizacional. A educação é comodificada (com as reformas empresariais). O próprio Fisher (2020b, p. 144) reconhece a influência de Harvey (2008) nas suas formulações em fases maduras: “como David Harvey defende incansavelmente, o neoliberalismo foi um projeto político cujo objetivo era reafirmar o poder de classe”. Com a condição de crise permanente, o reconhecimento da importância da ideologia e o período histórico delimitado para sua origem enunciados, o que é, enfim, o realismo capitalista?

Logo no início de seu livro, Fisher (2020a, p. 10) escreve: o realismo capitalista é “o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa a ele”. Se a história já acabou - como o próprio Fukuyama (1992) havia anunciado - e atingiu seu clímax, não há nada de novo. Formas atuais de resistência, diante dessa constatação, são desesperançosas e impotentes, afinal o “capitalismo realmente existente” (Fisher, 2020a,

p. 79)⁸ é o único possível. Para Cesarino (2022), o realismo capitalista pode ser muito bem resumido como o desaparecimento da alternativa ao capitalismo neoliberal. O horizonte futuro é obscuro ou apocalíptico: não há outro caminho. Trata-se do “cancelamento de um horizonte de futuro comum” (Cesarino, 2022, p. 110). Há um “crepúsculo histórico” (Cesarino, 2022, p. 24) que impede novas reorganizações e fecha as demais vias (Fisher, 2014a). Perspectivas são perdidas e até mesmo a questão de classe é esquecida (Dean, 2019; Marques; Gonsalves, 2020). Quando começou a lapidar esse conceito, Fisher, ainda em 2005 e no seu blog k-punk, pontuou o seguinte em uma análise fílmica:

O realismo capitalista insiste na irremediabilidade do ser humano, na impossibilidade da Justiça, na inevitabilidade da corrupção... Não é de se surpreender que esse modelo de realismo tenha aparecido com destaque na época em que a *reaganomics* e o *thatcherismo* se apresentavam como as únicas soluções para os males estadunidenses e britânicos (Fisher, 2005, online, tradução nossa)⁹.

Leite (2024) descreve uma articulação promovida pelo modo de produção capitalista que culmina na desagregação social no atual estágio de capitalismo tardio. O realismo capitalista é a “perda das condições de possibilidade de imaginar um futuro distinto da mera repetição da situação atual” (Leite, 2024, p. 76), naturalizando as desigualdades. É, para Galvão (2023, p. 48), signo de conformação e derrota, ao mesmo tempo que atua como uma espécie de “discurso ocultador da verdade”. Enquanto mal-estar contínuo, é o sentimento de que a vida continua, embora parada; é a sensação de episódios marcantes acontecerem, mas nada mudar, pois o futuro está cancelado; é a impossibilidade de projetar desejos no presente para um futuro pós-capitalista; é a incapacidade de pensar em um amanhã melhor, observando o hoje (Heron, 2019).

Tudo isso se articula com o neoliberalismo, uma vez que é o marco da concepção do realismo capitalista e de seus efeitos derrotistas que obstruem a luta antes que ela aconteça. “O ponto de Fisher é que o capitalismo persiste a despeito de as pessoas pensarem que ele é legítimo, bom ou eficiente” (Dean, 2019, p. 149, tradução nossa)¹⁰. Observa-se, ainda, que as acepções fisherianas de realismo capitalista são várias: como sua obra não é estática, una e imutável, mas dividida em múltiplas fases, têm camadas de significado acrescidas em uma permanente complexificação (Galvão, 2023). Antes de falar do realismo capitalista, Fisher (1999) falava do pós-modernismo. O fundamental é entender o realismo capitalista como aquilo que proporciona a sobrevivência ao “capitalismo real” pela ideologia. A própria concepção de capital em Fisher é tremendamente interessante.

Fisher (2018) o entende como uma entidade *eerie* (em inglês) ou *espeluznante* (em espanhol)¹¹. Dialogando com filmes de terror e de ficção científica, explica como o capital, essa entidade inquietante, surge do “nada” (sem uma origem exata e rastreável que todos possam localizar ou afirmar que com ela consentiram para dividir sua existência) e é o que mais influencia no cotidiano. Com origem de difícil delimitação, exerce influência substancial (Galvão, 2023). Nesse sentido, Leite (2024) destrincha como Fisher traz uma conceituação “gótica” do capital. O termo “gótico” aqui empregado distingue-se do sobrenatural e se aproxima do vampirismo inerente à lógica de extração de mais-valia em Karl Marx. As raízes marxistas de Fisher aparecem mais uma vez. Ademais, sua própria tese de doutorado já abordava

o chamado “materialismo gótico” (Fisher, 1999). Enquanto entidade sobrenatural, inquietante e gótica, o capital, segundo Fisher (2014b, p. 16, tradução nossa), “reivindica o monopólio do desejo¹² há muito tempo”¹³. Por conseguinte,

É preciso ter em mente que o capitalismo é tanto uma estrutura impessoal hiper abstrata quanto algo que não poderia existir sem a nossa colaboração. A descrição mais gótica do capital é também a mais precisa. O capital é um parasita, um vampiro insaciável, uma epidemia zumbi; mas a carne viva que ele transforma em trabalho morto é a nossa, os zumbis que ele produz somos nós (Fisher, 2020a, p. 28-29).

A carne viva que se transforma em trabalho morto é, acima de tudo, inerte. Isso ocorre devido à expectativa deflacionária, isto é, o entendimento de que “as coisas não estão indo bem, mas, mesmo assim, temos que aceitar a realidade como ela é” (Galvão, 2023, p. 85). É um rebaixamento de consciência e das expectativas. A problemática se torna ainda mais intensa quando se constata a existência do anticapitalismo performático. Fisher (2020a) é magistral ao identificar que o realismo capitalista não combate todo e qualquer anticapitalismo. Na verdade, certo grau de anticapitalismo é até positivo para que o consumo não cesse. Como aponta Galvão (2023, p. 92), essa pseudoperformance de anticapitalismo é uma “dose homeopática de realidade” que se porta como atenuador de culpa. Se “o realismo capitalista não exclui certo tipo de anticapitalismo” (Fisher, 2020a, p. 25) por ser apenas gestual/fantasiado (e não efetivo), a adversidade se aprofunda quando isso contamina uma oposição verdadeira. De acordo com Dean (2019), o realismo capitalista também é uma patologia da esquerda.

Como o realismo capitalista pressupõe o abandono de horizontes alternativos que não sejam o “capitalismo realmente existente” (representado hoje pelo neoliberalismo), o derrotismo vence, a oposição enxerga a si mesma como organizadora de atividades sem sentido e a luta de classes é abandonada. No seu lugar, o individualismo triunfa; a desagregação social é total. “O fim da camaradagem é o fim do mundo: falta de sentido, incoerência, loucura e a insistência inútil e desorientadora no ‘eu’” (Dean, 2019, p. 155, tradução nossa)¹⁴. Não se fala mais em “nós”, mas em “eu”. Diante da supressão da questão da classe e da luta de classes na esquerda, Fisher (2013) traça a tarefa de reconstrução da solidariedade com a coletividade no centro. Já que o panorama é de individualização e de privatização de todas as esferas da vida, “uma esquerda que não tem a classe [no sentido marxista de luta de classes] no seu núcleo só pode ser um grupo de pressão liberal” (Fisher, 2013, online)¹⁵.

Contudo, a entidade inquietante do capital, eufemismo para a burguesia (ou as elites econômicas) e seus interesses, não deixa que anticapitalismos saiam da performance imobilista. Como a educação não está alheia à luta de classes (Saviani, 2008a, 2013a), uma ofensiva volta-se contra ela pela manutenção do *status quo*. Conforme mencionado no início do artigo, as reformas empresariais na educação nada mais são que uma face do realismo capitalista, enquanto ofensiva de classe para restaurar e possibilitar a acumulação e a reprodução do capital, para manter o cancelamento do futuro. Posta a “capacidade de o capital a tudo mercantilizar” (Galvão, 2023, p. 113), sua nova investida se volta contra a educação, sem ignorar a ontologia empresarial exposta por Fisher (2020a).

Reformas e reformadores empresariais, a máxima do realismo capitalista na educação

As reformas empresariais são o suprasumo da oposição à escola pública de gestão pública. Segundo Freitas (2018), representam a privatização e a concessão da escola à iniciativa privada. Diante das muitas dificuldades da educação brasileira - como falta de verbas, ausência de coesão/continuidade de projetos políticos e evasão escolar (Saviani, 2011) -, soluções privatizantes manifestam-se com força conforme aquilo que Fisher (2020a, p. 34) chamou de “ontologia empresarial”. A ontologia empresarial diz respeito ao pressuposto de que tudo, incluindo educação e saúde, deve ser administrado como uma empresa. É a partir disso que os reformadores empresariais olham para o setor educacional, considerando-o um grande filão de mercado (Piolli; Sala, 2022). A escola, conseqüentemente, é vista como uma “organização empresarial” com a finalidade de prestar serviços (Freitas, 2018).

No entanto, apesar da impopularidade das reformas neoliberais - sem excetuar as que atingem a educação -, “o que se conseguiu foi convencer as pessoas de que o mundo é assim, e que não há nada que possa ser feito” (Marques; Gonsalves, 2020, p. 181), em mais um claro exemplo rotineiro do realismo capitalista. Considerando, porém, a dimensão histórica da escola e da educação (Saviani, 2008, 2011), tem-se que tais espaços não se constroem alheios à sociedade e, no modo de produção vigente, repercutem a divisão em classes com interesses opostos. Destarte, o tripé responsabilização-meritocracia-privatização (Freitas, 2012), o qual dita as reformas empresariais na educação, não pode ser compreendido, à luz da Pedagogia Histórico-Crítica, a não ser pela luta de classes. A aproximação entre Fisher e Saviani, para essa análise específica, é frutífera.

Ainda que muitos autores tenham os escritos de Karl Marx como bases teóricas - e tenham seguido caminhos muitos distintos -, tanto Fisher quanto Saviani não assumem que a maneira como a escola se apresenta é a única possível. O realismo capitalista pode ser superado (Fisher, 2020b); a escola, para a Pedagogia Histórico-Crítica, carregada da concepção dialética da história, pode servir, no futuro, aos interesses da classe trabalhadora (Saviani, 2011). Na educação, nada é estanque: transformações ocorrem. “A Pedagogia Histórico-Crítica (...) compreende a escola enquanto um campo ideológico que reproduz uma visão de mundo vinculada aos interesses hegemônicos dos grupos sociais dominantes” (Jesus; Santos; Andrade, 2019, p. 75), mas a vara pode se curvar para o outro lado (Saviani, 2008a, 2011).

Sabendo as limitações da política educacional brasileira, descontínua por “zigue-zagues”, que sofre, historicamente, com a resistência das elites dirigentes à manutenção da escola pública (Saviani, 2008b), o momento de fortalecimento do neoliberalismo e de lento cancelamento do futuro por meio do realismo capitalista (Fisher, 2020a) caracteriza-se pela dimensão privatista da educação. Se as próprias políticas educacionais nacionais são meandrosas devido aos choques e às voltas que escancaram a tensão entre o público e o privado (Cunha, 2007), a privatização encontra seu maior aliado com a penetração da lógica mercadológica que prevê a aplicação de provas e o bater de metas para discriminar a qualidade de determinada instituição (Freitas, 2012, 2018; Saviani, 2008b). Com a privatização da educação em mente, o que são, conceitualmente, as reformas empresariais?

Para Freitas (2012), os reformadores empresariais (agentes que propõem e defendem as reformas empresariais) têm uma concepção de educação baseada em resultados e recompensas, definidos após a aplicação de testes padronizados. Além disso, há também a responsabilização (Freitas, 2018). Resumidamente, a responsabilização representa a individualização - seja do bônus ou do ônus. Caso um aluno falhe no teste padronizado, uma avaliação exógena, imposta de cima para baixo sem considerar a dinâmica única de cada sala de aula, o problema será dele e do docente que “falhou” ao ensiná-lo. Se o resultado for o oposto, o docente, batendo metas positivas, será recompensado - o que pode vir a acontecer pecuniariamente. Constata-se, assim, que as reformas empresariais partem de uma narrativa discursiva que preza pela “meritocracia”, mas sem, jamais, levar em consideração as desigualdades no ponto de partida (Freitas, 2012, 2018). É uma questão essencialmente ideológica acometida por um “individualismo violento” (Freitas, 2018, p. 23): quem for bem sucedido, será recompensado; quem falhar (aluno ou professor), será punido. Não existe uma coletividade, mas sim uma atomização que repercute um mundo darwiniano do “capitalismo realmente existente”.

Como a preocupação se volta a testes externos que transformam os resultados em *rankings*, a criticidade é deixada de lado, posto que o trabalho intelectual tende a ser substituído, nesse molde que mercantiliza a educação, por uma formação rápida, superficial e precária (Piolli; Sala, 2020). Segundo os autores, a privatização anda concomitantemente com a precarização, formando um perverso par. Não é uma coincidência que os reformadores empresariais apareçam frente ao desmonte dos serviços públicos e à desmoralização dos servidores (contendo, aqui, os professores) (Piolli, 2019). Com a debilitação, a fragilização e a destruição da educação pública, a impotência reflexiva impera (Fisher, 2020a). Tudo aquilo que é público vai, gradativamente, sendo gerido como privado. É a ontologia empresarial em prática, enterrando futuros alternativos que precisam da potência do coletivo. Tanto discentes quanto docentes parecem não enxergar outras opções com o robustecimento do realismo capitalista: “na sala de aula pós-fordista, a impotência reflexiva dos estudantes é espelhada pela impotência reflexiva dos professores” (Fisher, 2020a, p. 88). As consequências são nefastas com mais esse caso de “fechamento do sistema sobre si mesmo” (Cesarino, 2022, p. 274). A inversão é tamanha que a “crise” permanente é encarada como “oportunidade” e, semelhantemente, a “instabilidade” é “flexibilidade”.

Mesmo assim, os reformadores empresariais tomam um discurso redentor da educação. Para eles, esse projeto concebe e admite a educação como salvadora. Saviani (2013b, p. 221) faz o contraponto: “este discurso valorizador da educação convive, contraditoriamente, com uma visão que enfraquece o papel do Estado em benefício dos mecanismos de mercado negando, na prática, o enunciado constitucional da educação como direito de todos e dever do Estado”. Nas palavras, os reformadores empresariais valorizam a importância da educação; nas ações, negam-a como direito de todos e dever do Estado, afinal a educação deve ser tratada, para esses empresários, como um serviço a ser vendido enquanto a escola se metamorfoseia em um balcão de negócios.

Na mesma linha, Freitas (2012, 2018) nota como os reformadores empresariais, ao proporem testes padronizados, avaliações exógenas e *rankings*, com a posterior responsabilização por metas

alcançadas ou por falhas, se aproximam do tecnicismo, defendendo a pretensa neutralidade científica e a racionalidade. É um “neotecnicismo”. Saviani (2008a, p. 11) novamente merece ser citado para desconstruir o verniz ideológico que inspira as reformas empresariais na educação:

Na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais.

A mínima interferência subjetiva não ocorre na realidade; as “máquinas de ensinar” jamais serão alcançadas, pois planos previamente formulados desconsideram como se dá o diálogo entre o professor e o aluno. Entretanto, a cobrança continua - e são os professores que mais sofrem. A privatização da educação respinga na precarização da estabilidade da profissão docente. Como um claro exemplo dos efeitos da ontologia empresarial (Fisher, 2020a), as escolas, de acordo com as ideias dos reformadores empresariais, deveriam competir entre si e os pais (responsáveis pelos alunos) deveriam escolher aquela de maior prestígio, ou, em outras palavras, aquela de maior posição entre os *rankings*. São nas escolas com maiores notas nas avaliações-padrão que se encontram os “melhores” professores, com os melhores salários, resultantes dos bônus. Dessa maneira,

A reforma empresarial da educação concebe o magistério da mesma forma que concebe a escola, inserido em um livre mercado competitivo, e neste cenário, os salários são tornados dependentes dos resultados esperados, sem direito à estabilidade no emprego e tanto quanto possível sem sindicalização. Estabilidade, salários iguais, previdência e sindicalização são condições que impediriam o mercado de produzir “qualidade” na escola. Em sua visão, o professor trabalhará mais se estiver com sua cabeça a prêmio todo dia (Freitas, 2018, p. 109).

Seguindo essa corrente, os professores de “baixo desempenho” seriam substituídos. A estabilidade profissional foi minada. Para os docentes, os resultados são tristes. Há uma demanda eterna. As metas devem ser sempre cumpridas. Estabelece-se o controle permanente. É por isso que Freitas (2012, p. 382), ao tratar das repercussões das reformas empresariais para os docentes, disserta sobre o “controle do controle”. Paralelamente, lê-se em Fisher (2020a) que a sociedade disciplinar do fordismo deu origem à sociedade do controle no pós-fordismo - e isso se manifesta nas escolas e nas salas de aula. Por extensão, Piolli e Sala (2022, p. 16) também identificam e reconhecem um “panóptico pedagógico”, no qual o docente está sujeito a uma infinidade de meios de controle. Mais uma contradição do realismo capitalista torna-se nítida: embora os programas neoliberais tenham, no passado, se apresentado como “antiburocráticos”, apenas intensificam práticas burocratizantes¹⁶ (Fisher, 2020a; Galvão, 2022, 2023). Entretanto, esse controle burocrático é internalizado na “autoavaliação” (Galvão, 2023, p. 116). A sociedade de controle do pós-fordismo é uma marca do neoliberalismo, mas se mascara pelos prêmios e pelas avaliações. A responsabilização das reformas empresariais apenas rebate a “burocracia (...) como um sistema de controle dos indivíduos” (Galvão, 2023, p. 122).

Nessa conjuntura, o suficiente nunca é o suficiente: sempre se busca mais (Galvão, 2023). Isso está claro com o pacote dos reformadores empresariais: os professores sempre estão atrás do

melhoramento de metas. O estresse é constante e “todo trabalhador se torna seu próprio auditor” (Fisher, 2020a, p. 86). Parece óbvio afirmar que os professores, contratados (cada vez mais em regimes precários), são trabalhadores e também se voltam a uma Inquisição interna, na qual o suficiente nunca basta. No pós-fordismo, novos modos de estresse exteriorizam-se e a discussão acerca da saúde mental também necessita ser politizada (Fisher, 2020a; Galvão, 2023). O automonitoramento e o monitoramento externo (nítido com os testes padronizados e os *rankings* de escolas) conduzem ao fatalismo, isto é, ao apagamento da construção de outras alternativas para além do “capitalismo real”. As reformas empresariais na educação também são mais uma etapa da doutrina TINA para que a impotência reflexiva continue e os problemas sejam, efetivamente, profecias auto-realizáveis.

Os efeitos das reformas empresariais são infaustos. Entre tantos passíveis de citação, Freitas (2012) destaca a competição entre profissionais e escolas, a educação tratada como mercadoria, a precarização da formação docente, a destruição moral do professor e a destruição do sistema público de ensino. Os reformadores empresariais atacam, armados com a noção da ontologia empresarial - “privatiza que melhora”; “o que é público só é benéfico se gerido como empresa”; “funcionalismo público não presta”; etc -, não só a escola pública, como também a gestão pública da escola pública. No fim, o real objetivo, por trás de todo o véu da falsa narrativa, é aprofundar o realismo capitalista. Qualquer pensamento crítico, originado de um discente ou de um docente, é podado. O imobilismo, o derrotismo, o fatalismo e o conformismo, somados à naturalização das desigualdades e dos problemas sociais decorrentes da austeridade fiscal e do desmantelamento do Estado de bem-estar social, são reproduzidos nas escolas.

A educação é mercantilizada, seguindo a capacidade comodificadora do capital, entidade que se apresenta de maneira gótica e inquietante nos escritos fisherianos. Parece não haver alternativas - e a viabilidade político-econômica tende a ser demonstrada somente no “capitalismo real” -, mas as lutas não estão perdidas. As reformas empresariais são uma ofensiva de classe nas escolas com vistas a defender os interesses da elite. Todavia, mudando os sentidos, as funções e os fins da escola, a qual está inserida na dinâmica da luta de classes - que nunca pode ser esquecida se reais transformações são buscadas (Fisher, 2013; Saviani, 2013a) -, ela também pode ser revolucionária (Saviani, 2008a). O ataque ao ensino público se dá porque os reformadores empresariais reconhecem que nela há uma possibilidade de gênese do enfrentamento ao realismo capitalista.

Considerações finais

Mark Fisher ainda não causou um impacto tão grande nos debates do Brasil. Apenas dois de seus livros foram traduzidos para o português. Contudo, sua conceituação de realismo capitalista é de enorme potência para pensar não só a educação, mas, de forma geral, o enfrentamento ao atual modo de produção. Entendendo o realismo capitalista, acima de tudo, como um sentimento (Fisher, 2020a) que atribui a derrota antes mesmo da luta, “do ponto de vista interno ao sistema, o realismo capitalista está de fato interditando a imaginação coletiva de uma reestruturação capaz de impedir o colapso”

(Cesarino, 2022, p. 277). No âmbito educacional, sua força se releva a partir do momento em que não esquece a luta de classes, elemento central para a Pedagogia Histórico-Crítica. A ofensiva contra tudo que é público - inclusive a escola pública de gestão pública - se pauta pela ontologia empresarial, mas reflete, no fundo, uma ofensiva de classe.

Como a prática educativa escolar tem a chance de ser um “instrumento potencializador da luta da classe trabalhadora pela transformação estrutural da sociedade atual” (Saviani, 2013a, p. 44), é natural que seja minada pela classe dominante. A implantação do neoliberalismo, segundo Harvey (2008), foi crucial para que houvesse uma restauração do poder das elites econômicas. É alicerçado nesse movimento que se constitui o realismo capitalista. Se as reformas empresariais são o neoliberalismo na educação, entendendo-a como uma mercadoria, os reformadores empresariais carregam, em suas intencionalidades ocultas, por trás do discurso, a tentativa de aprofundar o realismo capitalista, ou seja, de cancelar o futuro por impedir outros horizontes. Para entender esse processo, a educação precisa ser analisada dentro da luta de classes, motor da história.

A escola existe dentro de seu momento histórico. Se a educação não fosse potencialmente revolucionária, não seria atacada por aqueles que almejam a manutenção do estado atual das coisas. As reformas empresariais, portanto, aparecem para que alunos e professores internalizem, por meio da materialização da ideologia, base de uma sociedade dividida em classes conflitantes, que a derrota é certa. Em suma, as reformas empresariais, ao vetarem e desincentivarem a criticidade - afinal o que conta, no projeto dos reformadores, são os testes e as avaliações padronizadas -, têm como intuito a aceitação e o conformismo, principalmente por parte das próximas gerações, de que “é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo”, subtítulo da tradução de *“Capitalist Realism: Is There No Alternative?”*.

Vê-se, por fim, como as análises fisherianas são primordiais para a compreensão das reformas empresariais na educação, que partem do princípio de que a administração privada/empresarial sempre será superior à pública/estatal. É uma leitura importada, mas de destaque por acreditar que, mesmo diante do fechamento de horizontes e do aprofundamento da falta de alternativas, outro mundo é possível a partir da coletividade. Fisher frisou inúmeras vezes como a luta de classes jamais pode ser desconsiderada. O “capitalismo realmente existente” não é o único possível. Apesar disso, a ofensiva de empresários e grupos privados na educação se dá justamente para promover a aceitação de tal ideia. Em mais um ataque do topo da pirâmide social, que já tentou, no final do século XX, emendar o fim da história, as escolas passam a ser regidas conforme um livre mercado competitivo consoantemente à ontologia empresarial. No entanto, uma geração originária do pós-fordismo e da “pós-história” fukuyamista continua a resistir. O sentimento relutante e doloroso de não haver alternativas envolve a maioria, mas o realismo capitalista, como exemplarmente descreve Galvão (2023), segue a ser assombrado por futuros perdidos que virão a se concretizar. Pensar a educação nesse contexto é pensar em alternativas a partir da concepção dialética da história.

Referências:

- BENKO, G. Emergência de um novo sistema produtivo. *In*: BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec; Annablume, 2002. p. 103-130.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso - verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 809-829, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300009>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- DEAN, J. Capitalism is the End of the World. **Mediations (Journal of the Marxist Literary Group)**, Chicago, v. 33, n. 1-2, p. 149-158, 2019. Disponível em: https://mediationsjournal.org/files/Mediations33_1-2.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FISHER, M. Como matar um zumbi: elaborando estratégias para o fim do neoliberalismo. *In*: FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020b. p. 142-151.
- FISHER, M. Exiting the Vampire Castle. **Open Democracy**, 24 nov. 2013. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/opendemocracyuk/exiting-vampire-castle/>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- FISHER, M. **Flatline constructs: gothic materialism and cybernetic theory-fiction**. 1999. 214 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Filosofia, Universidade de Warwick, Coventry, 1999. Disponível em: https://wrap.warwick.ac.uk/110900/1/WRAP_Theses_Fisher_1999.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.
- FISHER, M. **Ghosts Of My Life: Writings on Depression, Hauntology and Lost Futures**. Winchester: Zero Books, 2014a.
- FISHER, M. **Lo raro y lo espeluznante**. Barcelona: Ediciones Alpha Decay, 2018.
- FISHER, M. Postcapitalist Desire. **Lloyd-Wilson**, 2014b. Disponível em: http://www.lloyd-wilson.co.uk/PDF/37_Pieces_Newspaper.pdf. Acesso em: 27 fev. 2024.
- FISHER, M. **Postcapitalist Desire: The Final Lectures**. Londres: Repeater Books, 2020c.
- FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020a.
- FISHER, M. Shades of white: fear and justice in Christopher Nolan's Gotham. **k-punk**, 24 jun. 2005. Disponível em: http://k-punk.abstractdynamics.org/archives/2005_06.html. Acesso em: 27 fev. 2024.
- FREITAS, L. C. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200004>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GALVÃO, A. **Do realismo capitalista ao comunismo ácido: o legado de Mark Fisher**. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- GALVÃO, A. **Mark Fisher: Filosofia e Direito**. 2022. Orientador: Alysso Leandro Barbate Mascaro. 138 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) -

- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-28092022-113712/publico/11051912MIC.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HERON, K. We Still Have a World to Win: From Capitalist Realism to Post-Capitalist Desire. **Mediations (Journal of the Marxist Literary Group)**, Chicago, v. 33, n. 1-2, p. 173-179, 2019. Disponível em: https://mediationsjournal.org/files/Mediations33_1-2.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024.
- JESUS, L. A. F. de; SANTOS, J.; ANDRADE, L. G. S. B. Aspectos gerais da pedagogia histórico-crítica. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 3, n. 1, p. 71-86, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v3i1.378>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- LEITE, C. C. G. Considerações sobre certa presença spinozista na contemporaneidade. **Humanidades em Revista**, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2024. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/11758>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- MARQUES, V.; GONSALVES, R. Posfácio - Contra o cancelamento do futuro: a atualidade de Mark Fisher na crise do neoliberalismo. In: FISHER, M. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 163-207.
- PIOLLI, E. O processo de mercantilização da educação e o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil Pós-Golpe institucional de 2016. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 1, p. 17-33, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n1id714>. Acesso em: 10 mar. 2024.
- PIOLLI, E.; SALA, M. A Reforma do Ensino Médio e as reformas empresariais na educação. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 62, p. 1-20, jul./set. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n62.23197>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- PIOLLI, E.; SALA, M. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- PLANT, S. **The most radical gesture: The Situationist International in a postmodern age**. Nova Iorque: Routledge, 2002.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 11 mar. 2024.
- SAVIANI, D. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **RBPAAE**, v. 29, n. 2, p. 207-221, mai./ago. 2013b. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol29n22013.43520>. Acesso em: 11 mar. 2023.
- SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. **Germinar: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013a. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v5i2.9697>. Acesso em: 29 fev. 2024.
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008a.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, D. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 7-16, jun. 2008b. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/108>. Acesso em: 11 mar. 2023.

SUTHERLAND, C. Mark Fisher and reimagining postcapitalist geographies. **Dialogues in Human Geography**, v. 13, n. 1, p. 99-118, fev. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/20438206231156021>. Acesso em: 27 fev. 2024.

Notas

¹ Graduando em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0698603337281464> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5638-9420> E-mail: viniciuscandrade4@gmail.com

² Graduando em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3061786147313303> Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-7256-1070> E-mail: rafaelvidotte321@gmail.com

³ Na verdade, para Fisher (2020a), neoliberalismo e realismo capitalista não são gêmeos siameses. Eles não são sinônimos. Contudo, da forma que o realismo capitalista apareceu, se fortaleceu e se consolidou, o neoliberalismo não pode ser deixado de lado. Porém, o neoliberalismo, em um momento futuro, pode ruir e, mesmo assim, o realismo capitalista continuar. O realismo capitalista nasce com o pós-fordismo, mas está separado do neoliberalismo, ainda que o neoliberalismo seja uma espécie de pré-condição para a completa naturalização dos problemas que se apresentam.

⁴ A despeito de tal texto ser um capítulo extra no apêndice da tradução de “*Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?*” de 2020, a separação é necessária porque “*Como matar um zumbi: elaborando estratégias para o fim do neoliberalismo*” pertence às fases finais fisherianas, quando o foco já é o combate ao neoliberalismo e ao realismo capitalista.

⁵ A despeito de Fisher (2020a) não citar Debord (1997), a aproximação aqui realizada é possível por meio de Sadie Plant. Antes de se dedicar ao *cyberfeminismo*, Sadie Plant fez parte do Cybernetic Culture Research Unit e conviveu com Mark Fisher. Ambos - tanto Fisher quanto Plant - atuaram nesse coletivo da Universidade de Warwick. No caso, Plant (2002) tinha sua pesquisa original, derivada do doutorado, sobre a Internacional Situacionista, lendo, é claro, Guy Debord e sua concepção sobre ideologia às vésperas de Maio de 1968.

⁶ Fisher (2020c), ao abordar estruturas pretensamente fixas e imutáveis, utiliza o termo “*ideological straitjacket*” para definir um dos braços do realismo capitalista.

⁷ Castells (1999) ajuda a entender o que foi esse processo: o modo de produção continua a ser o capitalista, mas o modelo de desenvolvimento passa do industrialismo para o informacionalismo. Embora alguns autores chamem o pós-fordismo de “pós-industrialismo”, Castells (1999) critica esse uso, pois a indústria não foi superada, mas a informação se tornou a matéria-prima para produzir.

⁸ Fisher (2020a) remete à ideia de socialismo real para argumentar que, agora, há um “capitalismo real”, implantado e, em prática, o único concebível e imaginável.

⁹ “Capitalist Realism insists on the irredeemability of human beings, the impossibility of Justice, the inevitability of corruption ... It's hardly surprising that this model of realism came to the fore (...) at the time when Reaganomics and Thatcherism were presenting themselves as the only solutions to America and Britain's ills”.

¹⁰ “Fisher's point is that capitalism persists whether or not people think it is legitimate, good, or efficient”.

¹¹ Trata-se de um termo que ainda não tem uma tradução exata para o português, mas pode ser lido como sombrio, assustador ou estranho.

¹² É pensando propriamente nos desejos que Fisher desenvolverá seu comunismo ácido, conectado aos desejos pós-capitalistas. Infelizmente, Fisher nos deixou antes de finalizar “*Acid communism*”, obra nitidamente dedicada a maneiras de superar o realismo capitalista por empuxos libidinais (Fisher, 2020c; Galvão, 2023).

¹³ “Capital has long tried to claim a monopoly on desire”.

¹⁴ “The end of comradeship is the end of the world: non-meaning, incoherence, madness, and the pointless, disorienting, insistence on the I”.

¹⁵ “A left that does not have class at its core can only be a liberal pressure group”.

¹⁶ Acerca desse fenômeno, Fisher (2020a) cunha o termo “*stalinismo de mercado*”. É mais um conceito-*slogan* (Galvão, 2023; Marques, Gonsalves, 2020), pois adota conceitos antitéticos para explicitar a incongruência, as crises e as contradições do modo de produção capitalista (Galvão, 2022, 2023). O stalinismo nunca teve proximidade com o mercado. Porém, a crítica de Fisher (2020a) consiste em escancarar como o neoliberalismo que se apresentou tão flexível e flexibilizante é, na sua essência, burocrático e burocratizante. Ler a integridade da obra de Fisher é se deparar com termos muitas vezes contraditórios, mas que foram *conscientemente* cunhados dessa forma para mostrar

a condição de crise permanente (Harvey, 2011; Santos, 2008) ou, em outras palavras, simulacros de alternativas ao vazio (Cesarino, 2022).

Recebido em: 27 de fev. 2024

Aprovado em: 19 de out. 2024